

SPFs unidos por antecipação de reajuste

A luta pela antecipação do reajuste de 15,8% e pela data-base foram aprovadas pelos servidores em Assembleia Geral realizada no dia 12 de setembro na entrada do TRE. Ambas estão na Pauta Nacional de Lutas da Fenajufe e foram consideradas prioritárias na Assembleia.

A proposta inicial era a de focar no adiantamento das duas parcelas da GAJ ainda não pagas. O entendimento final, porém, foi que reivindicar a antecipação dos 15,8%, e não especificamente a GAJ, unifica parte expressiva do funcionalismo público que também recebeu esse reajuste, e luta unificada sempre tem mais peso.

Vale lembrar que a pressão imposta durante cerca de 90 dias, na campanha e greve unificadas dos federais em 2012, fez o governo negociar com as entidades representativas da categoria. A mobilização mudou o cenário cuja tendência, que chegou a ser declarada publicamente, era de que o governo não concederia qualquer reajuste aos servidores. De 0%, o governo recuou e chegou ao percentual de 15,8%, que seria dividido em três parcelas (2013, 2014 e 2015). O aumen-

to da inflação, no entanto, trouxe um novo elemento a este processo. Agora, a luta é pela antecipação da parcela de reajuste e pelo reajuste anual (data-base).

Comissão para Carreira

A formação de uma Comissão Interdisciplinar com os tribunais superiores e a Fenajufe para discutir e elaborar anteprojeto de Plano de Carreira e um Grupo de Trabalho para negociar permanentemente assuntos de interesse dos servidores também foram discutidas pelos servidores, mas a questão do reajuste e da data-base, dadas as perdas inflacionárias do período, teve destaque.

A Assembleia também aprovou que a Assessoria Jurídica do SINTRA-JUSC entre com Requerimento Administrativo em cada um dos órgãos do Judiciário Federal em SC para reivindicar a extensão, ao Judiciário Federal, do reenquadramento, que já beneficiou os servidores do Ministério Público. No início de setembro a Fenajufe reuniu-se com o diretor geral do STF (Supremo Tribunal Federal), Miguel Fonseca. Ele informou que está

sendo elaborado parecer que aponta posicionamento favorável, com parâmetros semelhantes à decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estendeu o benefício a todos os servidores do Ministério Público da União (MPU).

O reenquadramento corrige uma distorção porque, para os servidores do MPU e do Poder Judiciário da União, respectivamente, as Leis 12.773 e 12.774, de 2012, reduziram os padrões das carreiras de 15 para 13 níveis, reunindo os antigos padrões A1, A2 e A3 em um novo padrão A1. Essa alteração nas tabelas de padrões gerou alguns problemas: os servidores que acabaram de ingressar nessas carreiras chegarão ao topo delas percorrendo apenas 13 padrões (12 anos), enquanto que para os servidores posicionados do antigo A3 em diante continuam necessários 14 anos de atividade para chegar ao topo da carreira.

Novas ações judiciais

A Assembleia também aprovou o ingresso de ação judicial visando o pagamento das horas extras realizadas pelos servidores da Justiça Eleitoral

nos últimos 5 anos, a partir da adoção do divisor 175 para o cálculo do salário-hora.

O entendimento exarado pelo

TSE, a partir da jornada de 35 horas semanais praticada pelos servidores, permite aos que perceberam horas extras no período pretérito,

pleitear o cálculo das mesmas com a adoção do novo padrão (em detrimento do divisor 200 anteriormente aplicado).

Nova diretora representa recém-ingressos no Judiciário

Em função de vacância na Diretoria do Sindicato, a Assembleia do dia 12 aprovou a indicação da servidora Fernanda Ambros para ocupar o cargo. O nome dela foi aprovado por unanimidade. Fernanda tem 26 anos e integra o grupo de servidores que foram chamados após concursos recentes no Judiciário. Ela iniciou sua carreira na Vara Federal de Joaçaba, onde trabalhou por quase três anos, e agora está lotada em Tubarão.

No trabalho, Fernanda já enfrentou uma realidade que tem sido cada vez mais comum nas três Justiças, a ampliação da jornada de trabalho em função do acúmulo cada vez maior de serviço e da pressão constante de chefias para cumprimento de metas. Na Assembleia, ela relatou que chegou a trabalhar cerca de 12 horas por dia na

Vara inicialmente lotada. Naquela subseção havia ainda um clima de forte assédio moral, com o controle constante da jornada e dos intervalos realizados pelos servidores. O assédio moral e opressão naquele ambiente de trabalho também incluíam ameaças como barrar servidores nos editais de remoção ou no estágio probatório.

Houve reação por parte de alguns servidores, inclusive Fernanda, em que pese não ter havido nenhum tipo de repreensão em relação às práticas exercidas pela chefia naquele local de trabalho.

De todo o modo, Fernanda acredita que os servidores devem sempre reagir em casos semelhantes. Ela foi bastante atuante nas Greves recentes, e acredita que, se não fosse o movimento, os servidores do Judiciário não teriam conquistado nem os 15,8% de rea-



juste, porque a política do governo era de reajuste zero. Fernanda representa todo um setor de novos colegas no Judiciário que precisa estar contemplado no Sindicato. Seja muito bem-vinda, Fernanda!

PJe-JT: expansão continua sem garantia de eficiência

A dura realidade e as denúncias de Sindicatos, OABs, associações de advogados e magistrados estão fazendo o CNJ e o CSJT assumirem uma postura menos ufanista em relação ao PJe. Já se admite, em termos retóricos, que o fundamental não é a agilidade, e sim a segurança e eficiência do sistema. Nesta aparente nova situação, muito nos preocupa, aqui em SC, que a Administração banque a inauguração do PJe-JT em São José e em Lages em fins de outubro e em novembro, respectivamente.

Antes de termos as garantias que, de fato, esse sistema irá funcionar bem, não se pode admitir que ele continue operando nas VTs e no TRT, muito menos se pode admitir a expansão dele para outras cidades. Os direitos dos

jurisdicionados, em particular no caso da Justiça do Trabalho, os direitos dos trabalhadores em geral, que são especialmente de caráter alimentar, não podem ser objeto de experimentos sem maiores garantias institucionais.

Os tribunais regionais têm que reivindicar sua autonomia e fazer pressão política para que prevaleçam o bom senso e os cuidados com o nível dos serviços prestados. Não temos nenhuma necessidade imperiosa de sermos apenas uma correia de transmissão dos desígnios e caprichos do CNJ e do CSJT. Não podemos aceitar uma lógica de hierarquia militar, burocrática, em que funcionários de uma “menor patente” obedecem aos ditames das “patentes superiores”.

O processo administrativo no qual

o SINTRAJUSC requer a imediata suspensão do PJe-JT no âmbito de SC já tem relatora, a desembargadora Teresa Regina Cotosky, e tanto o Sindicato quanto a OAB/SC e a ACAT irão marcar uma reunião com a mesma para entregar memorandos e expor nossas preocupações em relação aos prejuízos que as partes podem sofrer, bem como com as condições de trabalho estressantes, inseguras e ineficientes com que os advogados, os servidores e os magistrados têm de operar no dia a dia.

NÃO AO RETROCESSO E INSEGURANÇA JURÍDICA!

NÃO AO SUCATEAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO!